

Questão de confiança²

Olson Brant

Osvaldo Peralva

A notícia de que o dólar, no paralelo, está a 90 cruzeiros, com uma diferença de 73% a mais sobre o câmbio flutuante, é sinal alarmante de que a nova moeda não inspira confiança. E a confiança é imprescindível à estabilidade monetária.

Chegamos a um ponto em que, por força das circunstâncias, cada brasileiro — que já era um técnico em futebol — passou a ser também um técnico em economia. O economês é a nossa novilíngua, com a mesma propriedade de significar, como no 1984 de George Orwell, o oposto da aceção comum.

Assim, é preciso não entender a “inflação zero” no sentido ordinário e convém aceitar, enquanto é tempo, a advertência dos mais experientes. Paulo Rabello de Castro, Celso Pastore e Delfim Netto vêm lembrando que não se deve confundir o estoque de moeda da economia com a liquidez da economia. A liquidez é função, não do estoque de moeda existente, e assim da taxa de expansão da

moeda e da velocidade com que ela troca de mãos na economia.

Há mais de mês e meio (31/3/90), isto é, quinze dias após o lançamento do Plano, Rabello de Castro observava que a reforma monetária fora apresentada como o ovo de Colombo para acabar com a inflação: a liquidez excessiva da economia, medida pelo conceito mais amplo de moeda (M4), que inclui os títulos públicos, foi cortada drasticamente de 30% do PIB para cerca de 10% do PIB, para forçar a queda dos preços. Já está em 14%.

Adiante dizia que a velocidade de circulação cresce com a inflação (ou seja, com o custo de reter moeda), e é tanto mais alta quanto mais baixa for a confiança do público no padrão monetário nacional.

Essa precária confiança na moeda, refletida no alto preço do dólar no paralelo, é fruto de um conjunto de medidas oficiais, a começar pelo seqüestro

dos recursos de poupadores, correntistas e de outras pessoas em luta para se defender da inflação. Com frequência, saem decretos e portarias que lançam a confusão e o receio na sociedade.

O Presidente da República assegura que o dinheiro retido será devolvido após 18 meses, parceladamente. Com se sabe, as empresas já desbloquearam a quase totalidade de seus ativos retidos, mas os das pessoas físicas permanecem quase todos em mãos do Governo. E apesar da palavra empenhada pelo presidente Collor de que tudo será pago com juros e correção monetária, o povo sabe que, pela novilíngua, pode ser ao contrário.

Enfim, sem restabelecer a confiança pública no Governo e na moeda, através de ações efetivas, o futuro do Plano não parece fulgurante. E já não adiantam palavras, palavras, palavras, como diria certo príncipe da Dinamarca, chamado Hamlet, se não me falha a memória.